

## **Geografia do Conflito: Os Motivos dos Conflitos Sociais na América Latina em 2001**

Luís Henrique Ribeiro Santos  
luismarola@yahoo.com.br

### APRESENTAÇÃO

O presente artigo faz parte de um primeiro esforço em desenvolvermos a relação entre os estudos poscoloniais (ou *decoloniais*, em espanhol) latinoamericanos em nossa pesquisa para titulação de bacharel em Geografia, provisoriamente intitulada “Geografia do Conflito: Os Motivos dos Conflitos Sociais na América Latina em 2001”. Nossa intenção é discorrer sobre as implicações do projeto Moderno-colonial europeu para a conformação territorial latinoamericana, relacionando-as com algumas das principais conflitividades identificadas na pesquisa. O texto se divide em quatro itens: o primeiro é introdutório, no qual apresentamos resumidamente nosso projeto de pesquisa e o relacionamos com o tema dos estudos poscoloniais; no segundo item fazemos uma correlação entre um personagem de Shakespeare (Caliban), representante da cultura e da forma de ser dos latinoamericanos (de nossa latinidade), e a perspectiva anticolonial de alguns nomes relevantes para nossa história; no terceiro e quarto itens buscamos desenvolver a relação entre o processo de formação dos países latinoamericanos e o projeto europeu de moderno-colonialidade; por fim, esboçamos possíveis interpretações de parte dos conflitos analisados sob a luz dessas perspectivas teórico-epistemológicas.

### INTRODUÇÃO

O panorama atual da geografia política na América Latina e Caribe é marcado pela crescente polarização social da população, privatização social do Estado, expansão da resistência popular, deslegitimação do neoliberalismo, construção de novos sujeitos sociais e pela crescente ocupação militar do território latino-americano pelas forças armadas estadunidenses (QUIJANO, 2004).

O cerne de nosso projeto de pesquisa é a identificação do(s) atual(is) padrão(ões) de conflitividade, que emerge(m) na América Latina a partir dos anos 1990, com o advento da crise do Neoliberalismo. Trataremos da relação entre a conformação territorial e os padrões de conflitividade na conjuntura atual da sociedade latino-americana.

A hipótese central do trabalho é que a partir da análise da geograficidade dos conflitos sociais podemos identificar padrões gerais de conflitividade no continente, tais como: a disputa pelo controle e acesso aos recursos naturais minerais, vegetais e a água; a militarização dos territórios nacionais por forças estrangeiras; a clássica contradição capital vs trabalho, em sua atual fase neoliberal; a luta pelos direitos humanos e outras relacionadas ao processo de democratização das sociedades latinoamericanas.

Estariamos, desde os anos 90, diante de um novo *padrão de conflitividade*, marcado por: **conflitos urbanos** relacionados à problemática trabalhista neoliberal (setores público e privado), políticas ajuste estrutural do Estado, políticas públicas urbanas (transporte, educação, saneamento, etc.); **conflitos rurais** relacionados a questões ambiental, indígena e camponesa, assim como as políticas públicas de âmbito agrário/agrícola; e **conflitos de natureza geral** com manifestações diversas ligadas: ao período das Ditaduras Militares, à militarização do território (por grupos de guerrilha, paramilitares e exércitos, nacionais e estrangeiros, em especial estadunidense) e motivadas por questões transnacionais e internacionais.

Nosso foco na pesquisa são os conflitos sociais de cunho contestatório: desde reivindicações por uma intervenção do Estado até ações contra o domínio territorial do Estado. No entanto, quando observamos os conflitos estamos *mirando* as estratégias de contestação de uma parte da população, que se organiza e se articula em torno de questões/problemas para realizar determinados atos públicos de cunho político, que podem ser classificados como *conflito*. O que nos interessa, então, é a geograficidade (ou espacialidade) da ação humana<sup>1</sup>. Nosso “objeto” é sujeito-coletivo, em diferentes formas de ativismos e movimentos organizados. Trata-se de um estudo geográfico intimamente ligado à teoria da ação coletiva.

Numa abordagem que considera os diferentes períodos de formação dos Estados Nacionais latino-americanos como um processo de construção da realidade geográfica atual, e como base constituinte do sistema-mundo-moderno-colonial (ESCOBAR, QUIJANO in LANDER, 2000), discutiremos questões como: os *motivos* dos conflitos; os conflitos de territorialidades inerentes ao Estado-Nação; o papel do Estado nos conflitos sociais; os diferentes sujeitos sociais que aparecem como *protagonistas* das lutas; e as diferentes formas de *organização* e *manifestação* desses sujeitos.

---

<sup>1</sup> As múltiplas dimensões dos conflitos (quem luta, porque luta como luta, como se organiza, onde e quando luta) são levadas em consideração para indicar sua geograficidade. Para fins metodológicos, tais dimensões foram organizadas enquanto atributos (qualidades) para classificação.

Muito embora venha sendo tema recorrente na grande mídia, a aproximação entre alguns governos (considerados de esquerda) de países latino-americanos, nossa investigação tem seu enfoque nos processos políticos gerais de apropriação e produção do espaço, tendo a sociedade civil organizada enquanto agente. Uma Geografia Política da América Latina baseada nas diferentes formas de ativismos e movimentos sociais contemporâneos.

Nossas análises sobre conflitos ocorridos entre os anos de 2000 e 2002 têm como pano de fundo o tema da moderno-colonialidade (GONÇALVES, 2001; LANDER, 2000), destacando o papel central do continente latinoamericano para constituição do sistema-mundo capitalista.

Assim, nossa intenção neste artigo é discutir o processo de formação dos países latinoamericanos sob a luz dos estudos poscoloniais, visando problematizar a realidade atual dos conflitos sociais no continente relacionando-a com o que é comum para a história de formação dos países. Enfocaremos, por ora, os períodos colonialista e de independências e suas repercussões na geografia política atual, sem desconsiderar a importância do período republicano para a formação socioespacial dos países.

## LATINIDADE E MODERNO-COLONIALIDADE

A sequência cronológica que assumimos aqui se diferencia da qual estamos acostumados a lidar (dividida entre períodos: colonial, independências, formação dos Estado-nações e Repúblicas independentes) ao considerarmos duas grandes fases da Moderno-Colonialidade: 1ª Moderno-Colonialidade, com a hegemonia do bloco ibérico (Portugal e Espanha), e depois com hegemonia de Inglaterra, França e Holanda; e a 2ª Moderno-Colonialidade, marcada pelo fim do colonialismo, conservando a colonialidade. Ressaltamos que colonialismo é a denominação do período histórico de dominação de “novos” territórios por parte de potências hegemônicas, e colonialidade indica o legado (colonial) de desigualdade, de injustiça social e epistemológico do eurocentrismo.

A opção por um recorte em escala continental, analisando 19 países da América Latina e Caribe, se deu pela riqueza dos processos de contestação à ordem hegemônica engendrados pelos diversos ativismos e movimentos sociais, que transformaram *nuestra América* num grande (talvez o maior) exemplo de resistência ao capitalismo em sua fase neoliberal. E por sua importância política e epistêmica para o saber *póscolonial* que considera o colonialismo como relação social, mais do que política, e contribui para a construção de uma visão a partir da periferia, dando ênfase

à geopolítica do conhecimento (HALL, 2003; MIGNOLO, 2004, 2007; SOUSA SANTOS, 2004).

Nossa apreciação pelo tema da *Latinidade* (cultura latinoamericana ou forma de ser dos latinoamericanos) tem lugar num rico contexto em que grandes contribuições teórico-políticas, tanto da academia como da sociedade civil organizada, nos apontam horizontes distintos em relação ao do discurso único da globalização. É a partir da “periferia do mundo” (América Latina, Ásia e África) que estão sendo produzidas as mais ricas e inovadoras interpretações sobre mundo contemporâneo. Inovadoras por serem perspectivas, pontos de vistas, diferentes em relação as dos países do Norte. E ricas por serem subalternas e, conseqüentemente, serem obrigadas a ter que lidar com as teorias (e epistemes) hegemônicas a partir de seu lugar próprio de enunciação, apresentando uma outra forma de ver o mundo numa amalgama, de fato, enriquecedora. Invocamos nossa “consciência colonial” que, como nos ensina Mignolo, comporta uma duplicidade de consciência e subjetividades formadas na diferença colonial, a partir de experiências de quem viveu e vive a modernidade na colonialidade, em suas palavras: “*a consciência vivida na diferença colonial é dupla porque é subalterna*”, 2000:81).

Um ótimo exemplo da duplicidade de nossa consciência subalterna é o conceito-metáfora ou “personagem conceitual” (como querem Deleuze e Guattari), utilizado por Roberto Fernandes Retamar<sup>2</sup> para descrever o homem e a cultura latinoamericanos: o *Caliban*. Inspirado num personagem da última obra de Shakespeare, “A Tempestade”, Caliban tem sua ilha roubada por *Próspero*, é escravizado, obrigado a aprender a língua de seu malfeitor e depois se rebela. Caliban é um anagrama formado a partir de “canibal”, no sentido de antropófago, que provém de “caribe” (RETAMAR, 2006).

As primeiras visões européias sobre o nativo ameríndio foram baseadas nas descrições de Colombo, do que ele encontrou no “novo mundo” em termos de paisagem e cultura. Daí surge o mito do *bom selvagem* e dos aguerridos *canibais*. Representações dos *caribe*, implacáveis guerreiros que tinham como ritual comer a carne de um prisioneiro, quando este era considerado forte e corajoso, para se nutrirem de suas qualidades; e dos *arauco*, vistos como um povo pacífico e manso, até temeroso e covarde. Essa referência ao homem do novo mundo na obra de Shakespeare é explicada pela influência do livro de Miguel de Montaigne, “De Los Canibales”, de 1580 (RETAMAR, 2006). A riqueza (complexidade) do personagem shakespeariano está no fato dele personificar esses mito do nativo guerreiro.

---

<sup>2</sup> Renomado intelectual cubano, poeta e ensaísta, atualmente diretor da *Casa de las Américas*.

O Caliban, portanto, é este homem bruto (primitivo) que vivia na terra “descoberta”, e que aprenderá a língua do colonizador para servi-lo e depois se rebelar. A questão da língua é crucial para a visão de mundo *calibanesca*:

*“Mientras otros coloniales o excoloniales, em médio de metropolitanos, se ponen a hablar entre si em sus lenguas, nosotros, los latinoamericanos y caribeños, seguimos com nuestros idiomas de colonizadores. Son lãs línguas francas capaces de ir más allá de lãs fronteras que no logran atravesar lãs lenguas aborígenes ni los créoles.”* (RETAMAR, 2006:15)

Muito mais do que mistura biológica de raças, no nosso continente ocorreu uma inédita mistura de culturas, de línguas e cosmologias. Nossa mestiçagem deriva da violência do colonizador com a resistência dos nativos e africanos. Sendo “devoradores” de homens (e de culturas), digerimos a violência e criamos nossa própria forma de ser baseada neste mister de referências próprias e impostas. Assim foi no Haiti, em 1804, com L’Ouverture que derrotou o exercito de Napoleão defendendo o ideário francês de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”; com Zapata e os campesinos rebeldes do México; com Simon Bolívar em suas intervenções republicanas, aspirando à Pátria Grande; e com Zumbi, Tiradentes e outros silenciados pelo império luso-brasileiro.

E assim foi com José Martí, que em seu célebre manifesto, em defesa das independências latinoamericanas e contra os anseios imperialistas estadunidenses, “Nuestra América”, afirma: “(...) *el libro importado há sido vencido em America por el hombre natural. Los hombres naturales han vencido a los letrados artificiales. El mestizo autóctono há vencido al criollo exótico. No hay batalla entre la civilización y la barbárie, sino entre la falsa erudición y la naturaleza.*” (MARTÍ, 2007 [1891]).

Martí representa muito bem o espírito calibanesco: anticolonialista, antiimperialista, antiracista, mestiço e dotado de brilhante habilidade de escrever em espanhol. Um homem que soube como poucos utilizar seu “pensamento fronteiro” (MIGNOLO) para gerar interpretações próprias sobre nosso continente (não somente Cuba) e para criar métodos de enfrentamento e superação de nossa colonialidade.

O Caliban foi, e ainda é, referência em diversas obras de diferentes autores de esquerda e direita, já tendo sido identificado com os EUA, inclusive. Roberto Retamar chega a falar em *calibanologia*, tamanho o interesse despertado pela obra que ainda comporta os personagens *Ariel*, nativo manso (intelectual), e *Miranda*, filha de *Próspero*. Mas para nossos estudos é tido como uma boa representação da latinidade,

uma referência para a praxis poscolonial. A importância dessa referência se apresenta nos diversos movimentos e ativismos sociais latinoamericanos, que contribuem para superação das condições indignas na qual a maior parte de nosso povo vive.

## CONFORMAÇÃO TERRITORIAL E COLONIALIDADE

Além da possibilidade de interação entre diferentes culturas, a conquista da América possibilitou o processo de formação da economia mundo, com a Europa como o centro. A exploração do continente deu origem à “Idade Moderna” e ao “Mundo Ocidental”. Muito embora os diferentes povos originários que habitavam (e habitam) o continente atribuíssem nomes próprios às regiões que ocupavam – Tawantinsuyu, Anauhuac, Pindorama – o nome dado ao “novo mundo” que, para os forasteiros, não tinha nome, foi o nome deles: América. A prerrogativa de dar nomes aos lugares conquistados é um forte instrumento de colonização.

Questionando a divisão continental, considerada como produto do imperialismo dos últimos 500 anos, Walter Mignolo destrincha a geopolítica do conhecimento pela perspectiva da colonialidade, procurando separar o nome do subcontinente de sua imagem cartográfica. Ao discutir a “idéia de América Latina” o autor contrapõe, pelo menos, duas formas distintas de abordagem do tema: a perspectiva da Modernidade (análises européias, por ex.: cristãos e marxistas) e da Colonialidade, que surge da “ferida colonial”, em contraponto ao modelo da Europa moderna (e adotado pelos EUA), como um “diferencial epistêmico” (MIGNOLO, 2007).

Importante ressaltar que a Colonialidade não é só oposição à Modernidade, ela aponta as ausências produzidas nos relatos da modernidade, é parte constitutiva dela. Como representantes desta última perspectiva o autor cita, entre outros, Frantz Fanon, Guaman Poma de Ayala e Eric Wolf. Nós acrescentaríamos ainda, em especial, Jose Martí, por seu legado revolucionário de intelectual e combatente.

América (ou Índias Ocidentais) está ligada à emergência da idéia de “hemisfério ocidental”, que gerou uma mudança radical no imaginário e nas estruturas de poder do mundo moderno-colonial, com repercussões nas relações sul-norte, na configuração da “latinidade” e na diversidade dos afro-descendentes na América como um todo. Argumentando que a constituição do imaginário da civilização ocidental é baseada na construção de um interior e de uma exterioridade (um exterior interno), Mignolo resalta a importância da América como construção geo-social determinante para a constituição do sistema capitalista (MIGNOLO, 2000).

O Novo Mundo (América) é então este exterior interno do Velho Mundo (Europa). Não é o *Outro* da civilização européia, lugar reservado ao Oriente. As Índias

Ocidentais são parte do mundo ocidental, mas ocupando uma posição hierárquica inferior (na visão do europeus) em termos de cultura e desenvolvimento.

A imposição do “ego conquiro” prático luso-hispânico antecedendo o “ego cogito” moderno, faz da América a outra face da Modernidade (DUSSEL, 2000). Existe então uma relação constitutiva entre o capitalismo e o colonialismo. O colonialismo é o “*lado escuro do capitalismo*”, nos lembra Fernando Coronil (2000:112).

Aníbal Quijano considera a América enquanto a primeira identidade da modernidade, marcada pelo racismo e pelo controle do trabalho, seus recursos e de seus produtos, através do capital e do mercado mundial: “*a América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial*” (QUIJANO, 2000:228).

A própria invenção da idéia de raça se deu com a conquista da América, fazendo surgir novas identidades sociais como índios, negros e mestiços. A partir daí que ocorre a *racialização* de termos como espanhol, português e europeu que, a princípio, só indicavam procedência geográfica ou país de origem (QUIJANO, 2000). Deriva daí, da época da conquista, um dos traços mais marcantes de nossas sociedades: o racismo. Raça e identidade racial se tornaram instrumentos de classificação social básica da população, e uma maneira de dar legitimidade às relações de dominação. A idéia de raça traz em si a perversidade da naturalização das relações coloniais de dominação e da desumanização do outro.

O controle do tráfico comercial mundial, a urbanização e a formação de um mercado regional integrado e monetarizado, fazem surgir uma região historicamente nova e uma nova identidade geocultural: Europa (QUIJANO, 2000). A associação entre raça e divisão do trabalho começa a profundizar o abismo de desigualdade entre os países, antes de a maioria existir como tal. A regra era: trabalho assalariado para brancos/europeus e trabalho não-pago e não-assalariado para as “raças inferiores” (servidão indígena e escravidão negra). Dessa forma institui-se a geografia social do capitalismo: com a Europa como centro do mundo.

A associação entre o etnocentrismo do europeu dominador e o racismo fez com que ele se sentisse naturalmente superior. Como acusa Quijano, o evolucionismo e o dualismo são elementos nucleares do eurocentrismo. A Modernidade foi um fenômeno mundial, de todas as culturas, mas a Modernidade europeia (e depois, também, estadunidense) difundida no mundo teve claros componentes racistas e etnocêntricos. O europeu sendo o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie (QUIJANO, 2000).

Outro traço marcante da formação socioespacial latinoamericana, que remonta ao período colonialista e nos ajuda a entender processos políticos e geopolíticos

atuais, é a dominação e exploração da natureza. Para as análises da formação do capitalismo a partir da periferia esse tema é fundamental. Se por um lado a natureza é evocada como forma de classificar pejorativamente as “raças inferiores”, menos evoluídas e, por isso, mais próximas da natureza (primitivas), por outro lado sua dominação e exploração foram (e ainda são) centrais para o modo de produção capitalista. A terra/natureza sempre foi vista (pelos olhos capitalistas) enquanto fator de produção e como uma força geradora de riqueza e modernidade.

Ao afirmar que “a exploração social é inseparável da exploração natural”, Coronil situa o desenvolvimento do capitalismo dentro de condições globais desde o início evocando, para além de uma dialética binária (entre capital e trabalho), a “formula trinaría”: uma dialética entre o capital, o trabalho e a terra (in LANDER, 2000:110). Não esqueceremos que foi de nosso solo que saíram as maiores riquezas européias. Um roubo de tamanha magnitude que Eduardo Galeano, como exemplo, resgata escritores bolivianos que afirmavam que em três séculos de exploração de Cierro Rico (em Potosí, Bolívia) seria possível construir uma ponte de prata desde o cume da montanha até a porta do palácio real espanhol, em Madrid (GALEANO, 1983).

## INDEPENDÊNCIAS E COLONIALIDADE

Os processos de independência de nossos países frustraram os anseios de liberdade dos oprimidos. Foi na verdade, como diz Retamar “*uma nueva manera de no ser independientes, a pesar de contar con escudos, himnos, banderas y presidentes*” (2006:58). Com exceção do Haiti (que se aproximou mais da emancipação social, e paga caro por isso até hoje) e do Brasil (independência por cima, feita pelo filho do rei de Portugal), tais processos foram engendrados por uma elite crioula (descendentes de europeus nascidos na América) que queria ser como os europeus, ajudados ainda pelos estadunidenses (e em alguns casos por ingleses e franceses) com fome e sede imperialistas. A elite crioula passa a evocar uma identidade própria, latina, baseada na mistura de raças.

O mito da mestiçagem é, portanto, um produto/artifício de uma elite crioula que lutava para afirmar sua inclusão no projeto de civilização européia, fenômeno mais recente do século XVIII e XIX. Essa parte da população (mestiça) se dizia branca ao se comparar com o resto da população de índios, negros e cablocos, ressaltando o elemento europeu como dominante. Assim surge a idéia de “América Latina”, uma invenção francesa para fazer frente ao projeto imperialista anglo-saxão que é assumida como um novo “ethos criollo poscolonial” (MIGNOLO, 2007:88). Esse é o



legado da dupla consciência nativa branca à consciência nacional, que negava a Europa sem negar a Europeidade.

O processo de formação dos países, através das guerras de independências, já revelava o caráter de colonialismo interno que marcou nossos países até hoje. Grande parte da população, que participou ativamente das lutas anticolonialistas, sacrificando suas vidas muitas vezes, foi alijada no momento posterior de condução dos rumos da nação (principalmente indígenas, negros e trabalhadores livres pobres). Como consequência dessa característica autoritária de nossas elites temos o fenômeno do caudilhismo e do coronelismo, comuns aos diferentes países<sup>3</sup>, guardadas devidas particularidades.

As lutas por independência nos países latinoamericanos, embora analisadas em conjunto, tiveram grandes diferenças entre si. No Brasil as lutas foram abafadas e a independência foi feita pelo filho de Rei, com a República do Grão-Pará permanecendo dois anos separada e fazendo sua adesão por interesses em manter o trabalho escravo em suas terras. Nas excolônias hispânicas tivemos uma diversidade de acontecimentos que vão desde conflitos com forte cunho religioso, como o liderado pelo padre Miguel Hidalgo y Costilla no México, até luta por independência e anexação, como no caso de Sarmiento na Argentina, passando por processos mais populares como no Haiti e no Paraguai.

Em tais processos políticos evidencia-se uma duplicidade de consciência crioula: uma consciência crioula branca, algo-saxã ou ibérica; e uma consciência crioula negra, herdeira da escravidão, que comporta a diversidade dos imaginários crioulo, ameríndio e afro-americano (MIGNOLO in LANDER, 2000).

As “democracias débeis”, que se seguiram foram também “republicas calientes”, no sentido de confronto entre a sociedade civil e os “homens de Estado” (em grande parte das vezes militares). O adjetivo “débil” é muitas vezes empregado para caracterizar as formas de governo na América Latina, caracterizadas pelo autoritarismo estatal e pela quase que completa negação de cidadania para a maior parte da população. Mas se em alguns países o projeto de uma elite entreguista venceu, houve também processos de radicalização da democracia e tentativas de emancipação social.

O passado recente de ditaduras militares só confirma a tese de “republicas calientes”, expondo a política externa imperialista estadunidense e o jogo de cintura de nossa elite política para se manter no poder. Toda uma operação militar secreta para prevenir o resto do continente do perigo socialista, do qual Jacob Arbenz na

---

<sup>3</sup> Outros “ismos” haverão de acompanhar a história de nosso continente, como: o gamonalismo, o patrimonialismo, o clientelismo, o fisiologismo e, já com a urbanização, o populismo.

Guatemala, Fidel Castro em Cuba, Che Guevara na América Latina e África, e toda uma geração de militantes latinoamericanos são representantes.

## CONCLUSÃO

Para nossos estudos sobre a geografia política da América Latina, essa herança anticolonial, anti-imperialista, antiautoritária, *calibanesca*, se faz presente, concretamente, através de diversos e específicos conflitos sociais. A ação de determinados movimentos sociais faz parte dessa contínua luta contra a colonialidade: as diferentes lutas por direitos humanos, os movimentos indígenas e camponeses, os protestos contra bases estrangeiras e os conflitos em torno da apropriação dos recursos naturais.

Um dos baluartes da Modernidade europeia, os direitos humanos são temas caros para diferentes gerações de latinoamericanos que sofrem com a discriminação étnica, racial ou classista, com as marcas da violência de um Estado autoritário ou com o tratamento dispensado ao cidadão pobre. Os direitos dos povos originários e ao acesso à terra também remetem à história (de longo curso) de formação dos países. A própria geografia urbana de nossos países “subdesenvolvidos” reflete, quase que por emulação, o quadro geral do sistema: a imensa maioria pobre amontada nas grandes metrópoles com suas ilhas de primeiro-mundo (subdesarrollantes ou subdesenvolventes, como quer Retamar).

O embate da dita “civilização” com a “natureza” e com os “homens naturais” não é apenas conteúdo de romances épicos. Cada vez mais assistimos em periódicos, escritos ou televisionados, embates de indígenas zapatistas do México com forças militares oficiais e clandestinas pela autonomia na gestão de seus territórios, confrontos entre indígenas bolivianos e o departamento anti-entorpecentes estadunidense em torno do plantio de coca, crises entre populações tradicionais e símbolos da modernização (como hidrelétricas e outras obras de infraestrutura, monoculturas agroexportadoras, etc). O aumento dos conflitos fundiários em áreas indígenas é diretamente proporcional ao aumento do interesse do grande capital nas áreas de grande biodiversidade. Esquecidas durante muito tempo, as áreas hoje mais protegidas porque não foram afetadas pelo processo *civilizador-moderno*, e em grande parte abrigando estas populações, são extremamente valorizadas justamente por sua biodiversidade. No que toca a geopolítica do conhecimento, diversas organizações de povos originários vem realizando a *Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala*, desde 2004, referindo-se ao nosso pedaço de terra com um nome próprio deles, como forma de reapropriação de seu território.

Uma contraposição a América Latina, nome do colonizador (PORTO-GONÇALVES, 2008).

O tema de das bases estrangeiras não se restringe aos países que as abrigam (como Argentina, Colômbia, Cuba, México, Panamá e Porto Rico) e tem sido alvo de protestos no conjunto dos países tendo, inclusive, um caráter anti-imperialista. Podemos citar também a “fragilidade” e importância da América Central e do Caribe. De alguma forma o Caribe sempre é secundarizado nas reflexões e análises gerais sobre América Latina. Tido como área de decadência econômica e de pouca importância política, a América Central tem, e sempre teve, uma enorme importância em termos Geopolíticos. No seu auge econômico, concentrava boa parte do comércio mundial. Com o fim do colonialismo, sua posição estratégica de comunicação entre os oceanos Atlântico e Pacífico foi garantida com a construção do Canal do Panamá, sob controle estadunidense. A construção de bases militares e o controle de reservas minerais e biológicas na região revelam sua atual relevância. Pouco se fala, mas muito se investe nestas áreas. Maquiladoras, que são proibidas em diversos países, produzem a todo vapor na região, e diversas reservas e zonas ecológicas são demarcadas com ajuda de fundações pertencentes corporações privadas. A América Central e o Caribe podem ser bons exemplos da parte negada (ou ocultada, silenciada) da moderno-colonialidade atual. Enquanto se fala em commodities de grãos e etanol, a reprodução e ampliação do capital são garantidas em outras bases.

Analisando o quadro dos conflitos ocorridos apenas no ano de 2001, podemos notar como o contexto sócio-político, que segundo Quijano emerge nos anos 90 (e dura até hoje), se reflete concretamente nas lutas sociais do continente como um todo. Consideradas as devidas diferenças conjunturais, a geografia dos conflitos na América Latina e Caribe nos revela:

- a) a crescente polarização social da população, notada a partir da grande incidência das lutas por salário, emprego e condições de trabalho, que evidenciam a crescente contradição capital-trabalho;
- b) o processo de privatização do Estado, e ao mesmo tempo o processo de deslegitimação do Neoliberalismo, com o grande número de mobilizações contra as políticas de ajuste estrutural, que resultaram na crise argentina de dezembro mas que já estavam sendo rechaçadas em todos os outros países pesquisados;
- c) a crescente ocupação militar estadunidense do território latinoamericano, objeto de 50% dos conflitos registrados em Porto Rico, e sendo bandeira de luta em diversos outros países como Panamá, México e Colômbia;

d) a emergência de um novo protagonismo social, com a grande participação de camponeses e indígenas, assim como os aposentados, que classicamente não são considerados como os principais sujeitos das lutas sociais. Para além da contradição capital-trabalho, o contexto atual de luta no continente nos revela as profundas marcas da modernidade, vivida por nós no seu lado negado, colonial.

As relações entre a atual conjuntura dos conflitos e conflitividades e nossa herança moderno-colonial vão além desses exemplos indicados. Mas nossos primeiros esforços em esboçar uma análise da geografia política do continente indicam as inúmeras correlações que podemos estabelecer entre os estudos poscolonialistas e nossa perspectiva epistemológica.

## BIBLIOGRAFIA

CORONIL, Fernando. *Naturaza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo*, in LANDER, Edgardo (coord.). *La colonialidad del saber – eurocentrismo y ciencias Sociales – perspectivas latinoamericanas*, Buenos Aires, Clacso/Unesco, 2000.

DUSSEL, Enrique. *Europa, modernidade e eurocentrismo*, in LANDER, Edgardo (coord.). *La colonialidad del saber – eurocentrismo y ciencias Sociales – perspectivas latinoamericanas*, Buenos Aires, Clacso/Unesco, 2000.

GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*; tradução de Galeno de Freitas, 16ª ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

HALL, Stuart. *Quando foi o Pós-Colonial? Pensando no Limite*. In: *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. org. Liv Sovik; tradução Adelaine La Guardia Resende... [et all]. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: representação da UNESCO no Brasil, 2003.

MARTÍ, Jose. *Nuestra america*. In: José Martí: Obras Escogidas en tres tomos, Editorial de Ciencias Sociales e Centro de Estudios Martinianos, La Habana, 2007.

MIGNOLO, Walter. *A Colonialidade de Cabo a Rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade*, in LANDER, Edgardo (coord.). *La colonialidad del saber – eurocentrismo y ciencias Sociales – perspectivas latinoamericanas*, Buenos Aires, Clacso/Unesco, 2000.

\_\_\_\_\_. *Espacios Geográficos y Localizaciones epistemológicas: La Ratio entre la Localización Geográfica y la Subalternización*, in: *GEOgraphia*, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, ano 7, nº 13. Niterói, UFF/EGG, 2004

\_\_\_\_\_. *La Idea de America Latina: La Herida Colonial y La Opción Decolonial*, Barcelona, Editorial Gedisa, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. “Apresentação da edição em português” in LANDER Edgardo (coord.): *La colonialidad del saber – eurocentrismo y ciencias Sociales – perspectivas latinoamericanas*.. Buenos Aires, Clacso/Unesco, 2000.

\_\_\_\_\_. *Geo-grafías: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*, Siglo XXI, México, 2001.

\_\_\_\_\_. *Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades*, In Sader, E. e Ceceña, Ana Esther (org.) *La Guerra Infinita: hegemonía y terror mundial*, Clacso, Buenos Aires, 2002.

\_\_\_\_\_. *Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades*, disponível no sitio: [http://www.geopolitica.ws/media\\_files/download/Wporto5.pdf](http://www.geopolitica.ws/media_files/download/Wporto5.pdf), 2008.

QUIJANO, Aníbal, *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*, in LANDER, Edgardo (coord.). *La colonialidad del saber – eurocentrismo y ciencias Sociales – perspectivas latinoamericanas*, Buenos Aires, Clacso/Unesco, 2000.

\_\_\_\_\_. *Nuestra america el laberinto de america latina: ¿hay otras salidas?* In publicación seriada: *TAREAS*. Número 116, enero-abril. 45-74. Centro de Estudios Latinoamericanos, (CELA), "Justo Arosemena", Panamá, 2004.

RETAMAR, Roberto Fernández. *Todo Caliban*. Fondo Cultural del ALBA. La Habana, 2006.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial e para além de um e outro*. Coimbra (cópia digital), 2004